

**RESENHA DO ARTIGO INTITULADO DE “O DIREITO DA COMUNIDADE  
LGBT: O RESPEITO À PERSONALIDADE HOMOAFETIVA NO  
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO”<sup>11</sup>**

*REVIEW OF THE ARTICLE TITLED OF “THE RIGHT OF THE LGBT  
COMMUNITY: RESPECT FOR HOMOAFECTIVE PERSONALITY IN THE  
BRAZILIAN LEGAL SYSTEM”*

**Gabriel Feliciano Andrade<sup>2</sup>**

Faculdade Processus – DF (Brasil)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9035882925439788>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5156-893X>

E-mail: [gabriel-12feliciano@hotmail.com](mailto:gabriel-12feliciano@hotmail.com)

**Resenha da obra:**

MACHADO, Geovanna Costa; GONÇALVES, Jonas Rodrigo; COSTA, Danilo da. O direito da comunidade LGBT: o respeito à personalidade homoafetiva no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. Ano de 2020, vol. 11, n.º 41, jul.-dez., 2020.

**Resumo**

A presente resenha trata-se do artigo intitulado de “O direito da comunidade LGBT: o respeito à personalidade homoafetiva no ordenamento jurídico brasileiro”. O referido artigo é de autoria de: Geovanna Costa Machado; Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa. O principal objetivo desse artigo é examinar se os direitos de personalidade dos LGBTs são realmente respeitados no Brasil. Além disso, o trabalho analisa o preconceito e a discriminação existentes. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, no ano de 2020, vol. 11, n.º 41, jul.- dez., 2020.

**Palavras-chave:** Direito. LGBT. Respeito. Personalidade. Discriminação.

**Abstract**

*This is a review of the article entitled of “The right of the LGBT community: respect for homoafective personality in the Brazilian legal system”. This article is by:*

---

<sup>1</sup> A revisão linguística desta resenha foi realizada pelo professor *Filipe da Silva Linhares*.

<sup>2</sup> Graduando em Direito pela Faculdade Processus.

*Geovanna Costa Machado; Jonas Rodrigo Gonçalves and Danilo da Costa. The main objective of this article is to examine whether the personality rights of LGBTs are really respected in our country. In addition, this article analyzes the existing prejudice and discrimination. The article reviewed here was published in the journal "Processus Journal of Management, Legal and Financial Studies", in the year 2020, vol. 11, n. 41, Jul.-Dec., 2020.*

**Keywords:** *Right. LGBT. Respect. Personality. Discrimination.*

### Resenha

A presente resenha trata-se do artigo intitulado de "O direito da comunidade LGBT: o respeito à personalidade homoafetiva no ordenamento jurídico brasileiro". O referido artigo é de autoria de: Geovanna Costa Machado; Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico "Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros", no ano de 2020, vol. 11, n.º 41, jul.-dez., 2020.

Em relação aos autores desse artigo, é importante conhecer um pouco acerca do currículo de cada um dos autores.

A primeira autora do artigo é Geovanna Costa Machado. Ela se graduou em Direito na Faculdade Processus. Enquanto estudante, estagiou no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e, também, no Ministério das Relações Exteriores. Domina três idiomas, além do português, a saber: inglês, espanhol e francês. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5946595665892520>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0721-2367>.

O segundo autor do artigo é Jonas Rodrigo Gonçalves, no presente momento, atua como professor universitário. Também é especialista em Letras, além de ser mestre em Ciência Política. Também, faz doutorado em Psicologia, entre outros, conforme informado em seu Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6904924103696696> e no seu Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4106-8071>.

O terceiro autor do referido artigo é Danilo da Costa, que, atualmente, é professor universitário e, também, é mestrando em Educação. Além disso, tem um elevado grau de conhecimento em Direito, como se pode verificar no seu Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9522717317530051> e no seu Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1849-4945>.

O referido artigo é dividido em capítulos, da seguinte maneira: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, introdução, desenvolvimento, considerações finais e referências.

Veja-se na íntegra o resumo do presente artigo:

O tema deste artigo é o direito da comunidade LBGT: o respeito à personalidade homoafetiva no sistema jurídico brasileiro. Investigou-se o seguinte problema: “o direito da comunidade LBGT (lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis e transgênero) é respeitado pelo ordenamento jurídico brasileiro?”. Cogitou-se a seguinte hipótese: “o direito de personalidade LBGT é respeitado pelo ordenamento jurídico brasileiro”. O objetivo geral é: “analisar se o direito de personalidade LBGT é respeitado pelo ordenamento jurídico brasileiro”. Os objetivos específicos são: “listar os princípios constitucionais dentro da personalidade”; “discutir acerca da aplicabilidade legislativa de direitos ao público LBGT”; “investigar a discriminação e o preconceito homoafetivo”. Este trabalho é importante em uma perspectiva individual devido à importância da liberdade sexual igualitária; para a ciência, é relevante por serem necessários o debate e o cumprimento das normas sobre liberdade sexual e de gênero; agrega à sociedade pelo fato de precisar de maior proteção jurídica e legislativa, garantindo direitos e deveres à diversidade afetiva sem discriminação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa teórica com duração de seis meses (MACHADO; GONÇALVES; COSTA; 2020, p. 379).

O tema, o problema e a hipótese do referido artigo, segundo os autores, buscam observar se, realmente, os direitos da comunidade LBGT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgênero e transsexuais) são respeitados no ordenamento jurídico brasileiro.

Veja-se, agora, quais foram os objetivos gerais e os objetivos específicos dessa obra. Segundo os prestigiados autores, o objetivo geral buscou constatar se o ordenamento jurídico brasileiro tem respeitado o direito de personalidade em relação à população LBGT. Já nos objetivos específicos, os autores analisaram os princípios constitucionais de forma clara, inclusive discutiram sobre a aplicabilidade legislativa em relação ao público LBGT. Além disso, eles investigaram acerca do preconceito homoafetivo existente.

Na temática da pesquisa, os autores mostraram que o trabalho é relevante tanto na perspectiva individual, tendo em vista a importância sobre a liberdade sexual de forma igualitária, como também em relação à ciência, que é relevante pelo fato necessário de se debater e cumprir as seguintes normas a respeito da liberdade sexual e de gênero. Além disso, segundo os autores, agrega à sociedade o presente artigo, simplesmente, pelo fato de necessitar de maior proteção jurídica e legislativa, garantindo, assim, os direitos e deveres sem qualquer tipo de discriminação.

Os autores, para a construção da obra aqui analisada, utilizaram como metodologia: estudos teóricos para confirmar a hipótese proposta, além de artigos científicos e livros.

A presente obra destaca, de maneira relevante, que o livre exercício da sexualidade por seu titular é a tutela jurídica. Assim, abrange os princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 e os princípios da dignidade humana, sendo um direito absoluto e de maneira *erga omnes*.

Os autores afirmam que a identificação da orientação sexual dependerá da maneira de que a pessoa se identifica e decide com quem quer se relacionar. E isso não deve ser motivo para haver tratamento discriminatório, pois todos são iguais perante a lei.

O artigo também aduz que é de inteira responsabilidade estatal promover a dignidade, liberdade e igualdade na vida da população LGBT. (MAZARO; CARDIN, 2018, p.96). O texto informa que, mesmo não estando explícito no ordenamento jurídico brasileiro, a Constituição Federal de 1988, no § 1º, outorga a aplicabilidade aos direitos fundamentais e, no § 2º, reconhece outros direitos humanos por abertura constitucional, tornando-se o direito à sexualidade e à liberdade sexual tacitamente reconhecidos, desse modo, necessitando da proteção do Estado (MAZARO; CARDIN, 2018, p. 95).

Segundo Siqueira (2018, p. 175), a opção sexual é intrínseca ao ser humano por ser plenamente influenciado por eventos naturais, como raça, nacionalidade e nascimento, desse modo inerente ao ser humano. Todavia, não é uma inclinação, mas algo que vem de cada indivíduo.

Os autores afirmam, de maneira clara, que a homofobia, seja cognitiva, seja irracional, ocorre por conta da heterossexualidade institucionalizada como regulamento.

Ao final do artigo, os autores concluíram que a hipótese foi afirmada, pois foi constatado que há normas constitucionais dentro do ordenamento legal brasileiro que preservam os direitos de personalidade e os princípios da dignidade humana. Também foi discutido sobre a aplicação de direitos voltados para o público LGBT, como foram investigados a discriminação e o preconceito contra as minorias sexuais. A conclusão do artigo aduz que o cumprimento das normas é prejudicado por preconceito sexual; e os autores deixam claro que é responsabilidade do Estado garantir que os direitos de personalidade sejam cumpridos de forma igualitária às minorias.

## Referências

ASCENSÃO, José de Oliveira. **Direito Civil – Teoria Geral**: introdução, as pessoas, os bens. v. 1. Coimbra: Coimbra Editora, 1997.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CANTALI, Fernanda Borghetti. A dignidade da pessoa humana e a tutela geral da personalidade. **Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça**. Ano de 2010, Vol. 4, n.º 12.

CARDIN, Valéria Silva Galdino; SEGATTO, Antônio Carlos. O exercício ilegítimo do discurso de ódio homofóbico sob a ótica da sexualidade e da dignidade humana. **Revista Jurídica**. Ano de 2017, vol. 1, n.º 46.

CORTIANO JUNIOR, Eroulths. Alguns apontamentos sobre os chamados direitos da personalidade. In: Luiz Edson Fachin (org.). **Repensando Fundamentos do Direito Civil Brasileiro Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

DIAS, Maria Berenice. Família homoafetiva. **Revista Bagoas - estudos gays: gênero e sexualidades**. Ano de 2009, vol. 2, n.º 3.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. Tradução de Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FACHIN, Luiz Edson. Família hoje. In: BARRETO, Vicente (Org.). **A nova família: problemas e perspectivas**. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

FERRARO, Suzani Andrade. A relação homoafetiva: um instituto civil constitucional e os direitos fundamentais. **Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça**. Ano de 2009, vol. 3, n.º 6.

GIORGIS, José Carlos Teixeira. A natureza jurídica da relação homoerótica. **Revista da AJURIS**, n.º 88, tomo 1. Porto Alegre, dezembro de 2002.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Ano II, vol. II, n.º 5, 2019.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, ano II, vol. II, n.º 5, 2019.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. **Manual de Artigo de Revisão de Literatura**. Brasília: Processus, 2019.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. **Manual de Projeto de Pesquisa**. Brasília: Processus, 2019.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. **Metodologia Científica e Redação Acadêmica**. 8. ed. Brasília: JRG, 2019.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n.º 7, pp. 95-107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n.º 2, p. 4-7, ago. 2020. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Trad. Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

MACHADO, Geovanna Costa; GONÇALVES, Jonas Rodrigo; COSTA, Danilo da. O direito da comunidade LGBT: O respeito à personalidade homoafetiva no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. Ano de 2020, vol. 11, n.º 41, jul.- dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.processus.com.br/index.php/egjf/article/view/285>>. Acesso em: 27 out. 2021.

MAZARO, Juliana Luiza; CARDIN, Valéria Silva Galdino. Da Tutela Jurídica dos Indivíduos LGBT sob a Perspectiva da Liberdade, da Igualdade, da Vida e da Dignidade da Pessoa Humana. **Revista Direito & Paz**. Ano de 2018. vol. 10, n.º 39.

RIOS, Roger R. O princípio da igualdade e a discriminação por orientação sexual: a homossexualidade no direito brasileiro e norte-americano. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2002.

\_\_\_\_\_. Para um direito democrático da sexualidade. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n.º 26, pp. 71-100, dez. 2006.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; MACHADO, Robson Aparecido. A Proteção dos Direitos Humanos LGBT e os Princípios Consagrados contra a Discriminação Atentatória. **Revista Direitos Humanos e Democracia**. Ano de 2018, vol. 6., n.º 11.